



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS**  
**TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS**  
**UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA**

PROCESSO : 20182930500510  
RECURSO : DE OFÍCIO Nº 0194/2020  
RECORRENTE : FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL.  
RECORRIDA : 2ª INSTÂNCIA TATE/SEFIN  
INTERESSADA : FRESENIUKABI BRASIL LTDA  
JULGADOR : JUAREZ BARRETO MACEDO JUNIOR  
RELATÓRIO : Nº 277/21/2ª CÂMARA/TATE/SEFIN

**02-VOTO DO RELATOR**

O presente Processo Administrativo Tributário tem como peça exordial o Auto de Infração nº 20182930500510, emitido em 16/07/2018, lavrado em desfavor de FRESENIUS KABI BRASIL LTDA, cuja descrição da infração consiste em: *“O Sujeito Passivo promoveu a circulação de mercadorias alcançada pela EC87/15, onde dispõe que caberá ao estado do destinatário o imposto correspondente a diferença entre a alíquota interna do Estado destinatário e a alíquota interestadual, quando destinem bens e serviços a consumidor final (não contribuinte) sem apresentar o comprovante de recolhimento do ICMS devido a este Estado (Rondônia). Tal responsabilidade pelo recolhimento do ICMS fica a cargo da empresa remetente da mercadoria. Trata-se das NFs nº 27114 e 27115. ICMS DIFAL DESTINO=SOMATORIO DOS VALORES DOS ICMS UF DESTINO MENCIONADOS NOS PROPRIOS DOCUMENTOS FISCAIS SUPRACITADOS. ICMS UF DESTINO = 17.317,76 + 5947,53 = ICMS UF DESTINO A RECOLHER = 23.265,29”.*



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS**  
**TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS**  
**UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA**

A infração foi capitulada no art. 270, I, letra "c", art. 273, art. 275, todos do RICMS/RO, aprovado pelo Dec. 22.721/18 e Cláusula 4ª Conv. ICMS 93/2015. A penalidade foi tipificada no art. 77, IV, alínea "a", item 1 da Lei 688/96.

O Crédito Tributário está assim constituído:

Tributo 17,5% :	R\$ 23.265,29
Multa 90%:	R\$ 20.938,76

Valor do Crédito Tributário: R\$ 44.204,05 (quarenta e quatro mil, duzentos e quatro reais e cinco centavos).

**DA DEFESA DO SUJEITO PASSIVO**

O sujeito passivo foi intimado via AR, em 24/08/2018, conforme consta à fl. 09 e apresentou Defesa Administrativa tempestiva (fl. 13) em 30/08/2018.

O sujeito passivo solicitou a suspensão da cobrança do auto de infração e apresentou documentações comprobatórias.

**DA DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**

Consta Decisão de 1ª Instância sob o nº 2019.11.11.03.0209/UJ/TATE/SEFIN/RO (fls. 22/27), onde, o Julgador Singular passou a fundamentar e concluir nos seguintes critérios:



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS**  
**TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS**  
**UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA**

“...O Julgador singular, traz que o valor devido ao Estado de Rondônia, em razão das operações citadas neste processo (NF-e 27.114 e 27.115 - DANFES fls. 03 e 04), foi recolhido pelo autuado, conforme denotam os documentos constantes do processo (fls. 14, 15 e 21), por meio da quitação de uma GNRE, em 15/08/2018. Tendo sido realizado o pagamento antes do sujeito passivo ter sido cientificado sobre a autuação (24/08/2018, fl. 09).”

Constando que o autuado sanou a irregularidade espontaneamente, pois o mesmo recolheu o imposto devido antes de ter conhecimento de que existia alguma ação fiscal ou autuação relacionada a isso. Tendo iniciativa espontânea, a responsabilidade sobre a infração indicada na peça básica é excluída, e a pena imposta, por conseguinte, deve ser afastada.

Expôs que o art. 94, III, da Lei 688/96 indica que a espontaneidade é excluída com a lavratura do auto de infração, e isso não foi desconsiderado na análise. Embora o auto de infração tenha indicado que a sua emissão se deu em 16/07/2018, a lavratura do mesmo somente foi consumada em 24/08/2018, data em que o sujeito passivo tomou ciência da autuação (fl. 09). Iniciando nesta data os prazos para recolhimento do crédito tributário lançado, para pagamento com redução da multa e para a apresentação defesa, sendo a partir desse momento que o auto de infração passa a surtir efeitos jurídicos e é a partir desse, por consequência, que a lavratura do mesmo está consumada.

O inciso IV do mesmo art. 94 da Lei nº 688/96, estabelece que qualquer outro ato escrito praticado por servidor competente, no exercício de sua atividade funcional, também exclui a espontaneidade, desde que cientificado o ato ao sujeito passivo. Aqui verifica-se, ainda mais claramente, a relação íntima que há entre a espontaneidade de iniciativa do sujeito passivo e a sua falta de conhecimento sobre ações fiscais. Não tendo razões plausíveis para que a lavratura do auto de infração, no tocante à espontaneidade, receba um tratamento diferente dos demais atos relacionados à ação fiscal.



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS**  
**TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS**  
**UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA**

Trazendo que este tribunal, em diversas decisões, corroborando o que foi exposto, firmou a tese de que a regularização da situação (infração) antes da ciência (notificação) do auto de infração, dá ensejo à improcedência da ação fiscal. Citando alguns acórdãos nesse sentido.

Considerou que o imposto devido foi pago por meio da quitação de uma GNRE (comprovantes às fls. 14/15 e 21) e considerando que tal recolhimento ocorreu espontaneamente, antes do sujeito passivo tomar ciência da autuação, concluiu que deva ser afastada a exigência de que trata o processo.

Concluiu pela IMPROCEDÊNCIA da ação fiscal, declarando indevido o crédito tributário. Recorreu de ofício à 2ª instância do TATE nos termos do art. 132, Lei 688/96.

Determinou a intimação do sujeito passivo, possibilitando a oportunidade de propor recurso à instância superior.

Não consta nos autos Manifestação Fiscal.

O sujeito passivo tomou conhecimento da Decisão em 06/02/2020, através de AR.

Consta ciência do autor do feio à fl. 32.

É o que se tem a Relatar.

**02.1-Da análise dos autos e fundamentos do voto.**





**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS**  
**TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS**  
**UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA**

A exigência fiscal ocorre em razão do “O Sujeito Passivo promoveu a circulação de mercadorias alcançada pela EC87/15, onde dispõe que caberá ao estado do destinatário o imposto correspondente a diferença entre a alíquota interna do Estado destinatário e a alíquota interestadual, quando destinem bens e serviços a consumidor final (não contribuinte) sem apresentar o comprovante de recolhimento do ICMS devido a este Estado (Rondônia). Tal responsabilidade pelo recolhimento do ICMS fica a cargo da empresa remetente da mercadoria. Trata-se das NFs nº 27114 e 27115. ICMS DIFAL DESTINO=SOMATORIO DOS VALORES DOS ICMS UF DESTINO MENCIONADOS NOS PROPRIOS DOCUMENTOS FISCAIS SUPRACITADOS. ICMS UF DESTINO = 17.317,76 + 5947,53 = ICMS UF DESTINO A RECOLHER = 23.265,29”.

A infração foi capitulada no art. 270, I, letra “c”, art. 273, art. 275, todos do RICMS/RO, aprovado pelo Dec. 22.721/18 e Cláusula 4ª Conv. ICMS 93/2015. A penalidade foi tipificada no art. 77, IV, alínea “a”, item 1 da Lei 688/96.

O Julgador singular confirmou que o valor devido ao Estado de Rondônia, em razão das operações citadas neste processo (NF-e 27.114 e 27.115 - DANFEs fls. 03 e 04), foi recolhido pelo autuado, conforme denotam os documentos constantes do processo (fls. 14, 15 e 21), por meio da quitação através da GNRE, em 15/08/2018. Frise-se, pagamento efetivado antes do sujeito passivo ter sido cientificado sobre a autuação (24/08/2018, fl. 09).



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS**  
**TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS**  
**UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA**

Constatando que o autuado sanou a irregularidade espontaneamente, pois o mesmo recolheu o imposto devido antes de ter conhecimento de que existia alguma ação fiscal ou autuação relacionada a isso. Tendo iniciativa espontânea, a responsabilidade sobre a infração indicada na peça básica é excluída, e a pena imposta, por conseguinte, deve ser afastada.

Expôs que o art. 94, III, da Lei 688/96 indica que a espontaneidade é excluída com a lavratura do auto de infração, e isso não foi desconsiderado na análise. Embora o auto de infração tenha indicado que a sua emissão se deu em 16/07/2018, a lavratura do mesmo somente foi consumada em 24/08/2018, data em que o sujeito passivo tomou ciência da autuação (fl. 09). Iniciando nesta data os prazos para recolhimento do crédito tributário lançado, para pagamento com redução da multa e para a apresentação defesa, sendo a partir desse momento que o auto de infração passa a surtir efeitos jurídicos e é a partir desse, por consequência, que a lavratura do mesmo está consumada.

O inciso IV do mesmo art. 94 da Lei nº 688/96, estabelece que qualquer outro ato escrito praticado por servidor competente, no exercício de sua atividade funcional, também exclui a espontaneidade, desde que cientificado o ato ao sujeito passivo. Aqui verifica-se, ainda mais claramente, a relação íntima que há entre a espontaneidade de iniciativa do sujeito passivo e a sua falta de conhecimento sobre ações fiscais. Não tendo razões plausíveis para que a lavratura do auto de infração, no tocante à espontaneidade, receba um tratamento diferente dos demais atos relacionados à ação fiscal.



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS**  
**TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS**  
**UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA**

Traz a este Egrégio tribunal e Colenda Câmara, diversas decisões, corroborando o que foi exposto e firmou a tese de que a regularização da situação (infração) antes da ciência (notificação) do auto de infração, dá ensejo à improcedência da ação fiscal. Cita alguns acórdãos para firma sua tese, a saber: Acórdãos nº 154/17/1ª CÂMARA/TATE/SEFIN; Acórdão nº 116/18/1ª CÂMARA/TATE/SEFIN, Acórdão nº 142/14/1ª CÂMARA/TATE/SEFIN, Acórdão nº 192/13/1ª CÂMARA/TATE/SEFIN, Acórdão nº 109/14/1ª CÂMARA/TATE/SEFIN e Acórdão nº 302/13/2ª CÂMARA/TATE/SEFIN

Portanto, restou devidamente provado que o imposto devido ao Fisco Rondoniense foi pago por meio da quitação via GNRE (comprovantes às fls. 14/15 e 21).

Considerando que tal recolhimento ocorreu espontaneamente antes do sujeito passivo tomar ciência da autuação, compreendo e concordo com o teor da decisão monocrática de improcedente o auto de infração, mormente porque a responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, nos termos do art. 138 do CTN.

De todo exposto e por tudo que dos autos consta conheço do recurso de ofício interposto para no final negar-lhe provimento no sentido de manter a decisão singular que julgou improcedente o auto de infração.

É como VOTO.

Porto Velho, 01 de setembro de 2022.



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS**  
**TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS**  
**UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA**



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS**  
**TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS - TATE**

**PROCESSO** : Nº 20182930500510  
**RECURSO** : DE OFÍCIO Nº 0194/2020  
**RECORRENTE** : FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RECORRIDA** : FRESENIUS KABI BRASIL LTDA  
**RELATOR** : JULGADOR – JUAREZ BARRETO MACEDO JUNIOR

**RELATÓRIO** : Nº 277/2021/2ª CÂMARA/TATE/SEFIN

**ACÓRDÃO Nº 318/2022/2ª CÂMARA/TATE/SEFIN**

**EMENTA** : **MULTA/ICMS - NÃO RECOLHIMENTO DO ICMS DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA – EC 87/15 - EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO – ESPONTANEIDADE DO SUJEITO PASSIVO – INOCORRÊNCIA** – Improcede a autuação fiscal baseada na acusação de que o sujeito passivo não recolheu o ICMS diferencial de alíquota incidente na venda a não contribuinte do imposto localizado em Rondônia, quando o contribuinte espontaneamente realiza a quitação do imposto devido por GNRE, conforme os documentos de fls. 14, 15 e 16, antes da ciência do Auto de Infração. Inteligência do art. 138 do CTN. Infração ilidida. Mantida a decisão singular que julgou improcedente o auto de infração. Recurso de Ofício Desprovido. Decisão Unânime.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os membros do **EGRÉGIO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS - TATE**, à unanimidade em conhecer do Recurso de Ofício interposto para no final negar-lhe provimento, mantendo-se a decisão de Primeira Instância que julgou **IMPROCEDENTE** o auto de infração, conforme Voto do Julgador Relator constante dos autos, que faz parte integrante da presente decisão. Participaram do julgamento os Julgadores: Juarez Barreto Macedo Junior, Roberto Valladão Almeida de Carvalho, Fabiano Emanuel Fernandes Caetano e Leonardo Martins Gorayeb.

TATE, Sala de Sessões, 15 de setembro de 2022.